

CENTRO UNIVERSITÁRIO REDENTOR - UNIREDENTOR
CURSO: PSICOLOGIA

ADELINO LOPES DA CRUZ NETTO
BEATRIZ ALEXSANDRA GARCIA PINHO

A (IN) SUSTENTABILIDADE DE SER: CONSIDERAÇÕES
SOBRE O SUICÍDIO

Itaperuna
2021

ADELINO LOPES DA CRUZ NETTO
BEATRIZ ALEXSANDRA GARCIA PINHO

**A (IN) SUSTENTABILIDADE DE SER: CONSIDERAÇÕES
SOBRE O SUICÍDIO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro Universitário
Uniredentor como parte dos
requisitos para obtenção do título de
bacharel em Psicologia.

Orientador(a): Camilla Paiva Silva Crespo

Itaperuna
2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

Acadêmico/a: Adelino Lopes da Cruz Netto; Beatrix Alexsandra Garcia Pinho

Título: A (IN) SUSTENTABILIDADE DO SER: CONSIDERAÇÕES SOBRE O SUICÍDIO

Natureza: Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Objetivo: Título de Bacharel em Psicologia

Instituição: UniRedentor

Área de concentração: Psicologia

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Camilla Paiva Silva Crespo

Orientadora

UniRedentor

Prof. Me. Viviane Oliveira de Souza Lopes

(Doutoranda em Psicologia – UFRJ)

UniRedentor

Me. Denise Saleme Maciel Gondim

(Doutoranda em Políticas Sociais – UENF)

A (IN) SUSTENTABILIDADE DE SER: CONSIDERAÇÕES SOBRE O SUICÍDIO

Adelino Lopes da Cruz Netto

Graduando em Psicologia

Beatriz Alexsandra Garcia Pinho

Graduanda em Psicologia

Resumo

Esse artigo apresenta um percurso histórico sobre o suicídio e as questões que o atravessam desde os primeiros registros na antiguidade até a concepção psicanalítica sobre o tema, enfoque do trabalho. Deste modo, a partir de conceitos fundamentais da clínica psicanalítica, como angústia, mal-estar, pulsão e gozo, buscou-se elucidar o olhar dessa teoria para o suicídio e suas modalidades: passagem ao ato e acting-out. Sobre isso, compreendeu-se a riqueza dessa perspectiva sobre o tema, não inferindo qualquer julgamento de valor, mas compreendendo a complexidade de estar diante de um sujeito da falta, inserido no mal-estar, de um movimento psíquico pautado na dualidade e cuja estrutura o posiciona diante da angústia, e demais atravessamentos, de maneira diversa.

Palavras-chave: suicídio; psicanálise; angústia; mal-estar.

Abstract

This article presents a historical course on suicide and the issues that cross it from the earliest records in antiquity to the psychoanalytical conception of the subject, focus of the work. Thus, from fundamental concepts of the psychoanalytical clinic, such as anguish, discomfort, drive and jouissance, we sought to elucidate the look of this science for suicide and its modalities: passage to act and acting-out. About this, we understood the richness of this perspective on the subject, not inferring any value judgment, but understanding the complexity of being in front of a subject of lack, inserted in the malaise, of a psychic movement based on duality and whose structure positions him before the anguish, and other crossings, in a different way.

Keywords: suicide; psychoanalysis; anguish; malaise

INTRODUÇÃO

A minha alucinação é suportar o dia-a-dia, E meu delírio é a experiência com coisas reais (BELCHIOR, 1976).

O suicídio é um tema latente nos dias atuais e, envolto em tabus, suscita o imaginário social de maneiras diversas. Palco marcado pela pluralidade de opiniões e controvérsias ao longo da história, o ato suicida comporta ainda hoje uma diversidade de interpretações. Este trabalho se propõe, a partir de revisão bibliográfica de autores de distintas áreas do conhecimento, contextualizar e refletir sobre o suicídio ao longo da História – desde a Filosofia antiga à atualidade, passando pelo pensamento de filósofos do período pré-socrático ao contemporâneo, pelas contribuições de Durkheim, expoente do tema no campo da Sociologia, bem como uma análise da temática no contexto brasileiro.

Ainda, pretende-se expor algo do pensamento psicanalítico sobre o tema, passando pelos conceitos de angústia, mal-estar, pulsão e gozo, e tratar do suicídio propriamente dito a partir da distinção dos conceitos de *acting out* e passagem ao ato. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de enfoque qualitativo cuja metodologia é de caráter eminentemente bibliográfico e conceitual. Objetiva investigar, a partir da leitura de artigos relacionados aos temas suicídio e psicanálise, a interlocução entre ambos os temas, enfatizando a posição do sujeito diante desse fenômeno.

1. O SUICÍDIO AO LONGO DO TEMPO

O termo suicídio, derivado do latim ‘sui’ (próprio), e ‘caedes’ (ação de matar), foi utilizado originalmente por René Desfontaines em 1737 para significar o ato intencional de dar fim à própria vida e, atualmente, é definido pela CID-11 como óbito derivado de “lesões ou envenenamento autoinfligidos intencionalmente” a partir de métodos diversos.

Sabe-se que, ao longo da história, seja por registros factuais ou através da mitologia, o ato suicida já estivera presente em diversos povos, porém sendo tratado de maneira distinta de acordo com a época e cultura – por vezes incentivado e considerado ato altruísta, por outras, tratado como crime, desvio espiritual ou loucura.

Desde a Antiguidade, muitos homens e mulheres escolheram a morte, mas essa escolha nunca passou indiferente. Aclamada em raras circunstâncias como um ato de heroísmo foi também muitas vezes objeto da reprovação social (MINOIS, 1998, p. 9).

Entre a filosofia da Grécia e Roma antigas e o início do Cristianismo o suicídio era considerado um tema controverso e que dividia opiniões entre as escolas. Seguidores de Pitágoras se opunham à prática, enquanto os epicuristas a aprovavam. A história grega apresenta um grande número de suicídios, desde atos impressionantes e heroicos até as lendas trágicas. Têm-se relatos de cidades que previam sanções sobre corpos de suicidas, e de outras que exerciam o Direito de modo indulgente. Desse modo, percebe-se a diversidade de opiniões sobre o tema (SILVA, 2009).

No Ocidente, até o século XVIII, a Igreja exercia forte influência sobre a política e normas de condutas sociais de um modo geral. Até este período de pré-revoluções e de ampla difusão das ideias iluministas o suicídio era tratado, principalmente, por um viés filosófico-religioso e uma moral religiosa. Para o historiador Georges Minois (1998), o Cristianismo transmite uma ideia ambígua acerca do tema, de modo que traz no sexto mandamento: “Não matarás”, não especificando se isso se aplicaria à própria vida, mas também afirmando que a vida terrena seria terrível – sendo necessário desejar a morte para se aproximar de Deus (SILVA, 2009).

1.1 Do pensamento clássico ao contemporâneo

O pensamento grego foi influenciador da mentalidade romana de maneira ampla ao longo dos séculos e, posteriormente, foi difundido entre as sociedades por todo o globo. A filosofia clássica é reconhecida por produzir conteúdo em diversas áreas do conhecimento, oferecer reflexões e tratar de temas importantes que ecoaram através dos tempos e influenciaram as sociedades subsequentes, bem como à vida privada. No que tange ao suicídio, o palco da Grécia Antiga é marcado pela pluralidade de opiniões.

Para Albert Camus, o suicídio é o único problema filosófico verdadeiramente sério. “Julgar se a vida merece ou não ser vivida é responder uma questão fundamental da filosofia. O resto, se o mundo tem três dimensões, se o espírito tem nove ou doze categorias, vem depois” (CAMUS, 2008, p.18).

Nessa passagem em *O Mito de Sísifo*, Camus revela um dilema significativo para a humanidade ao longo do tempo. Os mitos e as tragédias clássicas fornecem

indicadores valiosos sobre o pensamento da época em relação à morte e ao suicídio, visto que:

Nos mitos encontramos narrativas sobre deuses e heróis. Se pensarmos nestas narrativas como um mapa psicológico da Antiguidade, poderemos estabelecer pontes umbilicais, identificativas entre o mundo mitológico e o mundo real de então, pois, como diz Van Hoof, “pela sua natureza, o material mítico pertence à esfera das mentalidades” (GUIMARÃES, 2011, p.11)

Entre as principais escolas da época, os Pitagóricos, ao distinguirem a alma, imortal, e o corpo, proibiam fortemente o suicídio. Afirmavam que o ato corresponderia a uma ruptura com a vontade divina – supõe-se que, em certos casos, a permissão seria dada. Platão e Sócrates também caminham no sentido da proibição do ato, afirmando que “o homem não pode dispor arbitrariamente do que lhe foi dado por um deus sem ter recebido ordem divina” (OLIVEIRA, 1994, p.66).

Aristóteles se opunha ao suicídio, considerando esse um ato condenável e injusto para com a cidade e consigo mesmo e, que o homem deveria suportar as vicissitudes da vida bem como permanecer nesta e honrar seu papel para com a comunidade em que vive, bem como para a vontade divina. Para os estoicos, o homem não deveria contrariar a ordem natural e o destino (OLIVEIRA, 1994).

Em oposição, têm-se os Epicuristas, que defendiam a ideia da não existência de um além, considerando a alma material e desprovendo a morte de sentido metafísico. Legitimavam o suicídio por dor e sofrimento, em casos de doenças incuráveis e pela falta de prazer circunstancial na vida – tal como para Epícuro, que afirma em carta à Meneceu: “bom seria não ter nascido, mas uma vez nascido, transpor o mais depressa possível as portas do Hades”. O pensamento epicurista sustentava a finitude da alma junto ao corpo e, Epícuro, quando deseja seu fim, traz consigo uma afirmação que carrega um aspecto de exortação à morte (OLIVEIRA, 1994).

Assim como os epicuristas, também os estoicos, os cínicos e os cirenaicos apoiavam o ato como forma de reconhecer o valor da liberdade individual para decidir sobre a própria vida e sobre a própria morte. A vida só mereceria conservação se proporcionasse mais satisfação que males e se estivesse de acordo com a razão e dignidade humanas (SILVA, 2009).

Para os romanos, o Direito, representado pela Lei das 12 Tábuas, não proibía a morte voluntária, e essa era vista de forma mais favorável em relação ao pensamento grego. Apesar disso, desde suas origens, esteve dividida quanto ao assunto – ora

admiração, ora rechaço e hostilidade. A “morte romana”, muito comum, considerada uma forma honrosa de suicídio, gerava uma diversidade de reações (SILVA, 2009).

O pensamento romano quanto ao suicídio é marcado por não considerar a vida algo sagrado, dom dos deuses, nem um direito do homem. Cícero, por exemplo, não considerava o suicídio bom ou mal, mas algo intermediário que se justificaria de acordo com a motivação.

Mais à frente, no período da Idade Média – uma época marcada pela forte influência da Igreja sobre a sociedade – o suicídio era passível de penitência e era alimentada a ideia de que só haveria duas explicações para o ato: loucura ou possessão. A partir da instituição da confissão obrigatória e com as práticas de poder exercidas sobre corpos e almas pela Igreja – considerada intermediária entre Deus e os homens – o suicídio é tratado como desobediência à autoridade eclesiástica (SILVA, 2009).

Entre os séculos XI e XIV, ocorre a sistematização das punições através das sínteses escolásticas e unanimidade de pensamento quanto à proibição. Baseando-se no sexto mandamento “*Não matarás*”, São Tomás de Aquino apresenta seus argumentos em sua *Suma Teológica*, apontando que o suicídio é injusto em relação a Deus e à sociedade; não sendo possível a pessoa alguma julgar a si próprio e tal ato não permite evitar maiores males”. Nesse período, então, a solução para o desespero e ideação suicida seria a confissão dos pecados, o que levaria a uma reconciliação com o divino (SILVA, 2009).

Já ao fim da Idade Média, observa-se que o enfraquecimento da Igreja enquanto Instituição e o advento científico possibilitaram um retorno ao debate sobre o suicídio. A moral religiosa do Medievo pautada no teocentrismo agora é confrontada com o pensamento Humanista, que põe a razão em foco e exalta o homem como sendo o centro do universo (GUERREIRO, 2014).

Em o *Elogio da Loucura*, Erasmo de Roterdan defende o suicídio como meio de escape para uma vida insuportável. Para Michel Motaigue, apesar de escrever ensaios ponderados e abrangentes quanto ao suicídio, em certas passagens parece justificar o ato e afirma que “Deus conferiu-nos tanta liberdade que, quando isso está em causa, viver é pior do que morrer” (SILVA, 2009).

No campo das artes, sobretudo no teatro, o tema era amplamente retratado. Um dos textos mais celebrados do período é *Hamlet* de Shakespeare – que trata o tema de modo singular. No texto, o autor discursa: “Ser ou não ser. Eis a questão. Será

melhor nobreza de alma sofrer a fundo os reveses de uma sorte ultrajante ou agarrar em armas contra um mar de infortúnios? Morrer, dormir, nada mais” (SHAKESPEARE, Hamlet, p.51).

O debate sobre o suicídio perdura ao longo do tempo e, na Idade Moderna, com a ampla difusão do pensamento racionalista na filosofia, diversos autores contribuem para o tema. Apesar de ser tema de grande interesse, a pluralidade de pensamentos persistia – uns condenavam, outros hesitavam ou aprovavam (SILVA, 2009).

Considerada uma importante contribuição para a filosofia moderna, o Tratado da Natureza Humana, de Hume, aborda a questão de maneira favorável. Para ele, o suicídio não ofenderia a Deus ou à sociedade, pois o homem recebeu autonomia para guiar suas ações e, quem praticasse o ato não estaria fazendo mal à sua comunidade, mas apenas deixaria de fazer o bem. Afirma que “a prudência e a coragem nos animam a acabar com nossa existência quando essa resulta em uma carga muito pesada para ser carregada” (MINOIS, 1998, p.314).

A partir do século XVIII, o debate em torno do tema ganha uma nova conotação, se tornando racional. A visão anterior, regida por um viés religioso, agora dá lugar ao questionamento possível e observações sob diferentes aspectos científicos.

1.2 Durkheim sobre o suicídio

No campo da sociologia, Durkheim se destaca na abordagem do suicídio. Considera o *fato social* como ponto de partida e método para a investigação, bem como objeto de estudo da sociologia. Define fato social como:

[...] toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais (DURKHEIM, 2007, p. 13.).

Afirma, ainda, que o fato social é constituído de três características: coercitividade, generalidade e exterioridade. É coercitivo porque exerce poder sobre o indivíduo e o leva a realizar ações que, por vezes, são contra a própria vontade; é geral porque afeta todas as camadas sociais e seus participantes e; é exterior, pois já está instaurado em uma ordem social prévia ao nascimento dos indivíduos. Portanto, qualquer seja o tema, o sociólogo deve levar em conta a consciência coletiva,

compreendida como “o conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade” (DURKHEIM, 2008).

Sobre o suicídio, Durkheim propõe a questão: Por que este é um fato social que interessa ao sociólogo? Para respondê-la, primeiramente, define o suicídio como um fenômeno e o compreende como toda morte que “resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela sabia que ela produziria esse resultado” (DURKHEIM, 2004).

Sustentando a premissa metodológica, afirma que a causa do suicídio não estaria no indivíduo, mas no âmbito social. Justifica que em toda sociedade existem indivíduos dispostos ao suicídio, e que este não se reduziria a fenômenos de origem orgânica ou psíquica, mas seguindo causas sociais universais e, assim, gerando os fenômenos coletivos (DURKHEIM, 2004).

Partindo da suposição de que fatores sociais estavam implicados no suicídio, investigou-os e observou como estes se relacionavam de modo a levar alguém a cometer o ato. Percebeu que, mesmo em situações nas quais os casos não apresentavam relação aparente, notava-se que havia um desequilíbrio, para mais ou para menos, no que diz respeito à integração social.

Considerando que as causas do suicídio estariam na própria sociedade – e que haveria uma tendência de coletividade e, portanto, deveria ser tratado a partir de preceitos sociológicos e não de modo individual – concluiu que o elemento central seria o que denominou coesão social, ou seja, quanto maior o grau de interação entre indivíduo e sociedade menor seria o índice de suicídios (ALMEIDA, 2018).

Nesse sentido, Durkheim afirma serem as corporações o “terreno mais propício a formação de ideias e de sentimentos sociais” (DURKHEIM, 2004).

Compreende-se corporação como:

[...] um sistema de órgãos necessários ao funcionamento normal da vida comum que nos faz falta. [...] Será necessário que, em cada profissão, um corpo de regras se constitua, fixando a quantidade de trabalho, a justa remuneração dos diferentes funcionários, seu dever para com os demais e para com a comunidade, etc. (DURKHEIM, 2008, p. 38-39).

A possibilidade de desenvolvimento de coesão social estaria nas corporações, pois esta seria o órgão social capaz de manter a sociedade em pleno funcionamento. Para o autor, as instituições que exerciam poder sobre os indivíduos e,

consequentemente coesão social, já não o fazem. As confissões religiosas e a família já não seriam capazes de controlar a conduta moral da sociedade, justificado pelo aumento do livre exame e liberdade trazida pelo desenvolvimento da ciência, além das perturbações advindas das guerras e de crises político-econômicas (DURKHEIM, 2004).

Posteriormente, define três tipos de suicídio e apresenta suas causas sociais específicas. O primeiro tipo seria o suicídio egoísta, pautado na individualização e pelo enfraquecimento dos laços sociais entre o indivíduo e seus grupos – exemplificado através da predominância de registros de suicídio em países de tradição protestante em comparação a países de tradição católica ou judaica. A explicação não se dá por diferenças de conotação entre as religiões, já que ambas condenam o ato. Para o autor, isso se explica pelo fato de que nos países de tradição protestante havia, antes, um gosto pelo livre exame e pelo saber científico – o que levava a população a pôr em dúvida as crenças e tradições religiosas (ALMEIDA, 2018).

Quanto mais numerosas são as maneiras de agir e de pensar, marcadas por um caráter religioso, subtraídas, por conseguinte, ao livre exame, mais a idéia de Deus está presente em todos os detalhes da existência e faz convergir para um único e mesmo objetivo as vontades individuais. Inversamente, quanto mais um grupo confessional deixa ao julgamento dos indivíduos, mais ele está ausente de sua vida, menos tem coesão e vitalidade (DURKHEIM, 2004, p. 188).

O segundo tipo de suicídio seria o anômico, pautado na alienação e insatisfação do indivíduo frente à sociedade, de modo que esse não se identificaria com seu contexto social. Segundo o autor, seria o tipo mais presente na sociedade moderna, marcada pelo enfraquecimento da moral e da consciência coletiva. A entrada da sociedade na Era industrial enfraqueceu a coletividade e levou-a a um estado de anomia (ALMEIDA, 2018).

Por último, o suicídio altruísta, exemplificado pela figura do herói – carregando uma conotação de auto-sacrifício e identificação do indivíduo com o grupo – como para os militares. Conclui que, desse modo, que ao fazer circular a coesão social para o âmbito particular, evitaria a anomia e os casos de suicídio subsequentes. (ALMEIDA, 2018).

Durkheim defende a ideia de uma reforma da sociedade e das instituições coordenadoras, de modo que estas caminhassem junto com o Estado e contribuíssem para manutenção da coesão necessária a um bom funcionamento social, ou seja, seria necessário “[...] sem afrouxar os laços que ligam cada parte da sociedade ao

Estado, criar poderes morais que tenham sobre a multidão de indivíduos uma ação que o Estado não pode ter” (DURKHEIM, 2004, p. 510).

1.3 O suicídio no Brasil

Segundo a OMS (2014), mais de 800 mil pessoas se suicidam todos os anos, o que corresponderia a uma taxa de 1,5% do total de óbitos no mundo. Considerando, ainda, as subnotificações, a OMS estima que estes números pudessem ser aumentados em até 20 vezes. Em números absolutos, os países que mais registram suicídios são a Índia, China, EUA, Rússia, Japão, Coreia da Sul, Paquistão e Brasil. Apesar da grande quantidade de casos em números absolutos, o Brasil apresenta baixas taxas de suicídio e de tentativas, sendo 5,8 por 100 mil habitantes (JUNIOR, 2015).

Seguindo uma tendência mundial, o Brasil apresentou um aumento de aproximadamente 56% nas taxas de mortalidade por suicídio entre os anos 1980 e 2011, com prevalência para o sexo masculino, entre jovens de 15 a 29 anos, e nas regiões do extremo norte e extremo sul do país. Embora as taxas sejam consideradas baixas pela OMS, observa-se que houve um aumento considerável em algumas regiões do país, equiparando-se às taxas do leste europeu. Em Roraima houve um aumento de 11% no período de 2000 a 2016, sendo mais que o dobro da média nacional. Outros estados que apresentam aumento significativo de incidência de suicídios são o Piauí, passando de 2,8 para 10,1 por 100 mil habitantes, e o Rio Grande do Sul, com alta de 10,1 para 10,4 a cada 100 mil habitantes (WAISELFISZ, 2015).

Segundo Waiselfisz (2014), no Brasil há uma aparente desatenção quanto ao tema, de modo que o aumento das taxas de suicídio não teve a repercussão devida no que tange à territorialidade. O autor aponta que um dos fatores que justificariam essa desatenção seria o fato de que outras causas de mortalidade violenta se sobressaem em números absolutos - os acidentes de trânsito e os homicídios contam taxas 4 a 6 vezes maiores.

Outro fator seria a falta de uma *cultura ou tradição suicida*, como na maior parte dos países europeus e alguns países asiáticos. Enquanto o Brasil apresenta uma taxa de 5,5 homicídios e 4,5 mortes decorrentes de acidentes no trânsito para cada suicídio, no Japão, por exemplo, acontecem 70 suicídios para cada homicídio.

Waiselfisz (2014) considera, ainda, que a produção acadêmica no Brasil não acompanhou a crescente nas taxas de atos suicidas.

Além disso, há um tabu vigente na sociedade e na mídia no que tange à divulgação e discussão do tema, visto o temor pelo efeito Werther – que considera o suicídio algo contagioso e que poderia gerar ondas de passagens ao ato pelo território, em uma espécie de imitação e/ou identificação (WASELFISZ, 2014).

Contudo, o receio e o distanciamento do tema a fim de prevenir um suposto incentivo ao suicídio, justifica-se para alguns como um equívoco que tende ao silenciamento, como modo de evitar ou burlar a angústia e impotência inerente ao ser humano quando aproximado do tema. Esta tese de contaminação do tema, na qual falar sobre suicídio seria induzir indivíduos a tal ato, carece de uma análise crítica e reflexiva. (MORETTO *et al.*, 2017)

Assim como apontado no romance de Goethe, que considera a dimensão subjetiva do sofrimento do personagem, permeada por fatores sociais e não apenas pelo impedimento amoroso, Durkheim aponta que o pressuposto de tratar o suicídio como fenômeno isolado não se justifica e, nem a tendência de tomá-lo como tabu (DURKHEIM, 1977).

A vida humana não passa de um sonho. Mais de uma pessoa já pensou isso. Pois essa impressão também me acompanha por toda parte. Quando vejo os estreitos limites onde se acham encerradas as faculdades ativas e investigadoras do homem, e como todo o nosso labor visa apenas a satisfazer nossas necessidades, as quais, por sua vez, não têm outro objetivo senão prolongar nossa mesquinha existência; quando verifico que nosso espírito só pode encontrar tranquilidade, quanto a certos pontos das nossas pesquisas, por meio de uma resignação povoada de sonhos, como um presidiário que adornasse de figuras multicoloridas e luminosas perspectivas as paredes de sua célula... tudo isso, Wilhelm, me faz emudecer (GOETHE, [1774] 2002, p. 226-227).

Observa-se que o Brasil acompanha a tendência mundial quanto à abordagem do tema, considerando-o questão de saúde pública e promovendo ações de promoção de saúde e prevenção do ato suicida, articulando os diferentes dispositivos e secretarias estaduais, municipais, e integrando todos os níveis de atenção à saúde (JÚNIOR *et al.*, 2019).

Considerando a multifatorialidade do tema e o risco de recorrer ao reducionismo racionalista, os autores apontam a necessidade de estudos e investigações no contexto brasileiro que contemplem as regionalidades, os estudos de gênero, aspectos socioeconômicos e culturais. Além disso, desenvolver projetos que possibilitem a

discussão no âmbito público – ações educativas de promoção e prevenção – de modo a desmistificar questões que tangem ao suicídio e à saúde mental.

2. ANGÚSTIA E MAL-ESTAR

Todo período descrito no curso da história da humanidade e suas sociedades é dotado de um conjunto de características e peculiaridades que o diferem de outras épocas. São condições e possibilidades que inauguram novas configurações políticas, sociais, econômicas e culturais. O homem, portanto, atua, e sobre ele também se opera, como assinalado por Tavares (2010, p.27), todo um sistema de valores, “regras sociais, padrões de condutas e comportamentos, ética, tendências culturais, leis, etc.”.

Essa confluência de processos constitutivos de subjetividade que atravessam a construção de uma época cujos preceitos da anterior já não mais sustentam o homem que nela se insere, culminam em uma nova maneira de colocar-se como sujeito. Consequentemente, têm-se distintas manifestações dessa subjetividade, tanto individuais como sociais (TAVARES, 2010).

A atualidade, descrita como modernidade ou pós modernidade, nomenclatura problematizada por Habermas (1984) e Vieira (2012), que apontam a questão como advinda de uma dissociação entre modernidade e modernização, tem sido cada vez mais observada e discutida pela ótica da subjetividade e seus desdobramentos psíquicos e patológicos.

A angústia, o mal-estar e o suicídio são apenas algumas dessas temáticas de grande relevância para contexto atual. Tendo em vista as mais distintas configurações socioculturais, seus discursos e modos de subjetivação, levanta-se a questão: de angústia a mal-estar, por onde transita – ou deixa de – o suicídio?

2.1 Angústia

A angústia é um tópico fundamental no estudo psicanalítico e questão central na clínica das neuroses. Na construção do saber psicanalítico, Freud teoriza sobre a angústia tanto como um afeto posterior ao recalque, como um produto do mesmo, assim como anterior e, portanto, produtor do recalque. Deste modo, Pissetta (2008) aponta dois momentos principais para considerar a teoria da angústia proposta por Freud: entre 1916 e 1917 e a partir de 1926.

Até 1926, Freud (1915b/2004) entendia a angústia como uma tonalidade do afeto que assim se tornava devido ao mecanismo do recalque, entendido como “um

processo que ocorre na fronteira entre os sistemas lcs e Pcs (Cs) e que ele opera sobre as ideias [Vorstellung] que aí se encontram.”. Sobre isso, Pisetta (2008, p.407) afirma que:

Assim, a angústia seria aqui uma amostra de que houve recalque, um anúncio e uma denúncia de que o eu negara acesso a alguma representação inconsciente. Dessa forma, ao mesmo tempo em que ela velava uma realidade, a da castração, ela a exibia. Havia ali ocorrido algo que não devia ocorrer novamente: a entrada de uma representação inconciliável, que denunciava a castração. A questão principal imiscuída aqui é a da origem do recalque, e, em consequência, da neurose.

A partir de 1926, a angústia passa de uma concepção que a coloca como posterior ao recalque para a elaboração de uma teoria sobre uma anteposição a tal. Essa mudança de paradigmas sobre o conceito da angústia é assinalada por Pisetta (2008, p.410) como tendo influência direta da “análise da fobia como o protótipo da neurose, o eu como a sede e o produtor da angústia (porque ela é eminentemente algo que se sente) e, finalmente, a concepção de um perigo real ou percebido como tal”.

Essa análise da fobia se deu através da ratificação, por parte de Freud (1909/1976) de suas conclusões sobre o perigo no caso de Hans. Sobre isso, afirma que é preciso considerar a angústia anterior ao recalque, pois ao acreditar que pode ser castrada pelo pai, a criança é permeada pela angústia que, por sua vez, será o impulso para o recalque do desejo incestuoso que a mesma tem pela mãe. O perigo representado pelo cavalo é, na verdade, a castração imposta pelo pai, que irá interditar o desejo da criança. E, portanto, o eu, que ainda não possui as ferramentas para lidar com esse perigo, mobiliza um mecanismo através da angústia. Esse mecanismo é o recalque.

A ansiedade pertencente às fobias a animais era um medo não transformado de castração. Era, portanto, um medo realístico, o medo de um perigo que era realmente iminente ou que era julgado real. Foi a ansiedade que produziu a repressão e não, como eu anteriormente acreditava, a repressão que produziu a ansiedade... É sempre a atitude de ansiedade do ego que é a coisa primária e que põe em movimento a repressão. (Freud, 1926/1976, p. 131)

Pisetta (2008) aponta que, embora no caso descrito acima o perigo tenha sido “externo”, Freud não deixa de acentuar que a fobia faz parte de uma estrutura neurótica – sendo, de fato, seu protótipo – pois o objeto constitui-se pela projeção; o objeto produtor do medo é substitutivo do pai. A angústia converte-se em medo do

objeto, sendo uma eficiente defesa da fobia, e o perigo da castração percebido como real e gerador de angústia, desencadeia o recalque.

A angústia é, deste modo, considerada em dois aspectos: originário, ou seja, anterior a mobilização do recalque, e como alerta, quando falamos da constituição da fobia. Sendo assim, é a partir da angústia que o psiquismo irá movimentar seus mecanismos de defesa. E, a partir disso, torna-se ainda mais importante considerar que essa concepção de “externo” ou “de fora” adquire outra roupagem no campo psicanalítico, supondo que o sujeito perceberá a pulsão como algo que incide de fora e não do funcionamento psíquico interno, a fim de acionar um mecanismo de defesa, e que originaria a projeção. (FREUD, 1923/1976; FREUD, 1920/2006; PISETTA, 2008)

Sobre isso, Pisetta (2008, p.410) afirma que:

A suposição de uma angústia realística, advinda do encontro com um perigo externo, como vemos, não convoca necessariamente a efetivação de um evento exterior aparentemente objetivo, mas a clivagem do eu, que toma como “de fora” o que lhe é mais íntimo.

Nota-se, portanto, que há uma associação entre angústia e a castração, podendo a pulsão ser tomada como castração, pois é na perda do que mais carece a esse sujeito que se dá a sua inscrição. E assim, como coloca Pisetta (2008, p.411) “o perigo pulsional toma sua inscrição num objeto externo-interno (pai-cavalo), porque visto como castrador. ”

Sobre um lugar de anteposição da angústia em relação ao recalque, torna-se imperativo salientar a importância do complexo de castração que incide sobre a fase fálica, como aponta Pisetta (2008). Não se evita a angústia na formação dos sintomas, mas sim o perigo representado por ela, e sobre isso, Lacan (1962-1963/2005) aponta que a função das defesas não se configura em criar barreiras para a angústia, mas em responder a sua representação, denominada por ele como desejo do Outro.

A falta é um outro conceito que atravessa a concepção de angústia no campo psicanalítico, considerando que ao recuar, a criança, diante da angústia – que é um agente da castração – esta realiza também uma fuga da falta. O que seria, portanto, o movimento do neurótico senão uma fuga da falta?

Sobre a conceituação de falta é possível inferir, segundo Pisetta (2008, p.412):

Um primeiro sentido, freudiano por excelência, é o que demarca que a falta é percebida a partir do encontro com a castração. Recusar a

castração, por sua vez, instauraria uma falta da falta. A castração aparece, nesse sentido, como algo a evitar, algo de que o sujeito se defende, a partir da angústia.

De outro lado, como aponta Harari (1997), a castração a partir de uma concepção freudiana pode ser denominada moralizante e seu complexo responsável pela “superação” do Édipo. Identifica-se, portanto, uma relação entre a castração, a cultura e o acesso ao desejo, além de que o ato de recusar a castração não se configura, necessariamente, em uma emergência da angústia.

Deve-se considerar ainda que:

Outro ponto importante a considerar é a íntima relação entre a castração (e a angústia suscitada por ela) e o falo, estabelecida a partir de 1923, no texto “A Organização Genital Infantil”, a partir do que se considera ter como seu reverso o falo. A referência à falta se encontra no cerne da função do sinal de angústia emitido pelo eu (PISETTA, 2008, p.413).

A referência ao trauma é outro ponto fundamental na teoria psicanalítica desde Freud e depois com Lacan, sendo colocado como fator desencadeador da angústia. O trauma pode ser entendido por duas vertentes: uma ligada aos eventos do mundo externo e outra ligada a pulsão. O trauma é, portanto, como colocado por Jorge (2007, p.38), “aquilo que o sujeito não possui uma representação simbólica para lidar com ele, algo que se revela como inassimilável pelo sujeito. Esse entendimento coloca o trauma como o agente responsável pelo rompimento de sentido do sujeito e introdutor de uma falta.

Lacan se debruça sobre um longo estudo acerca da angústia, especificamente sobre o que ele considera por única invenção da mesma: o objeto a. É nesse sentido que o viés psicanalítico de Freud e Lacan, ao mesmo tempo em que se aproximam, também estabelecem algumas diferenças na medida em que, enquanto o primeiro aborda a angústia na falta/perda do objeto, o segundo irá conceber esse processo na proximidade com esse objeto (JORGE, 2007).

Deste modo, Lacan concebe a angústia como o afeto que fundamenta todos os outros e que não se engana. Todas as outras formas de afeto seriam apenas variações, derivações simbólicas e imaginárias da angústia, esta que se configura pela falta, tanto de palavras quanto de simbolização. E é por isso que a angústia deve ser entendida na dialética da inauguração do sujeito da ordem simbólica pelo que Lacan

chama de castração simbólica, onde há a perda da Coisa e instituição do sujeito enquanto desejante, isto é, “que falta”. O desejo está para a falta assim como a pulsão para a insatisfação do gozo para o gozo que almeja (ALMEIDA, 2006; JORGE, 2007; DUNKER, 2011).

2.2 O Mal-Estar

Em seu texto “O mal-estar na civilização”, Freud (1930) discute sobre o que muitos definem como propósito ou intenção de vida, sobre a relação que o homem estabelece com a felicidade e infelicidade. O sujeito relaciona-se com o mundo externo de maneira a obter felicidade e permanecer nesse estado, no entanto, há dois aspectos que se configuram em uma meta positiva e meta negativa onde, se por um lado negam os sentimentos de sofrimento e desprazer, que são difíceis de experimentar, almejam sentimentos de prazer que são intensos (SILVA, 2017).

Sendo assim, é o princípio do prazer que rege a ideia de um propósito de vida que se estabelece na conquista de uma satisfação das necessidades humanas em que o sujeito coloca a felicidade apenas no contexto de uma meta positiva de sentimentos de prazer. Em contrapartida, a prolongação desse princípio de prazer sem qualquer contraste apenas gera um contentamento tênue. Segundo Goethe (1810) apud Freud ([1930] 2006, p.84) “nada é mais difícil de suportar que uma sucessão de dias belos”.

O sofrimento seria, portanto, uma ameaça ao homem de três direções:

[...] de nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução, e que nem mesmo pode dispensar o sofrimento e a ansiedade como sinais de advertência; do mundo externo, que pode voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; e, finalmente, de nossos relacionamentos com os outros homens. O sentimento que provém dessa última fonte talvez nos seja mais penoso do que qualquer outro. Tendemos a encará-lo como uma espécie de acréscimo gratuito, embora ele não possa ser menos faticamente inevitável do que o sofrimento oriundo de outras fontes (FREUD,[1930] 2006, p.85)

Sendo assim, é o princípio do prazer que rege a ideia de um propósito de vida que se estabelece na conquista de uma satisfação das necessidades humanas em que o sujeito, sob a possibilidade de experimentar o sofrimento, julga a felicidade estar na manutenção de um estado que escape à infelicidade. Nesse instante, ele inverte seu princípio de maneira a colocar sua obtenção de prazer em segundo plano em detrimento de fugir ao sofrimento (FREUD, [1930] 2006).

Todavia, a maneira com que o sujeito irá executar essa tarefa não é única, mas pelo contrário, manifesta-se de maneira diversa. Uma dessas maneiras se configura pela supervalorização da satisfação, colocando o gozo no lugar de um “limite”. Outros métodos onde o escape ao desprazer é o fundamento, diferenciam-se pela fonte de desprazer que se apresenta como primordial. Observa-se, portanto, que os métodos se variam em termos de intensidade, podendo ser conhecidos por extremados, moderados, unilaterais, entre outros. Sobre o relacionamento com o outro no meio social destaca-se como defesa imediata o isolamento voluntário (FREUD, [1930] 2006).

Embora não fosse a intenção, Freud ([1930] 2006) enumera uma série de movimentos e métodos empregados pelo sujeito em sua trajetória em direção a conquista da felicidade e fuga ao sofrimento. Enfatiza, no entanto, um método que coloca o amor como o centro de tudo e faz o sujeito independente do destino, deslocando a libido e movendo a satisfação do externo para processos mentais internos: a técnica da arte de viver (SILVA, 2017).

Ainda sobre essa técnica, aponta:

Mas ela não volta as costas ao mundo externo; pelo contrário, prende-se aos objetos pertencentes a esse mundo e obtém felicidade de um relacionamento emocional com eles. Tampouco se contenta em visar a uma fuga do desprazer, uma meta, poderíamos dizer, de cansada resignação; passa por ela sem lhe dar atenção e se aferra ao esforço original e apaixonado em vista de uma consecução completa da felicidade. Na verdade, talvez se aproxime mais dessa meta do que qualquer outro método. Evidentemente, estou falando da modalidade de vida que faz do amor o centro de tudo, que busca toda a satisfação em amar e ser amado (FREUD, [1930] 2006, p.89)

No entanto, não há técnica infalível, e a fragilidade desse método aponta-se de forma fácil e clara na medida em que o ato de amar coloca o ser humano em seu modo mais indefeso face ao sofrimento, pois nada convoca o sofrimento e o desamparo de maneira mais intensa do que quando diante da perda do objeto amado ou o seu amor (FREUD, [1930] 2006).

A escolha do homem diante de sua relação com a felicidade e infelicidade, depende de uma série de fatores que remetem a sua constituição psíquica. Freud ([1930] 2006) apresenta três escolhas possíveis: o homem predominantemente erótico, que prioriza seus relacionamentos emocionais com os outros; o narcisista, que por sua tendência autossuficiente, acaba por buscar a satisfação nos processos

mentais internos; e o homem da ação, que não abandona o mundo externo, pois é ali que pode testar a sua força (SILVA, 2017).

No entanto, nenhuma dessas escolhas levará o homem à felicidade. Freud ([1930] 2006), ao trazer a analogia do comerciante cauteloso explica que não há como buscar a totalidade da satisfação em uma só aspiração; toda escolha quando colocada em lugar de extremismo condena o indivíduo ao perigo. Além disso, torna-se impossível colocar o êxito como certeza, pois depende-se de que muitos fatores venham a convergir.

No que diz respeito ao lugar que, atualmente, ocupa a civilização, Freud ([1930] 2006, p.93) questiona-se quanto ao desenvolvimento cultural e o lugar do homem frente às suas fontes de sofrimento: “Como foi que tantas pessoas vieram a assumir essa estranha atitude de hostilidade para com a civilização? ”

Fala-se de um tempo de avanço nas ciências naturais e suas aplicações técnicas, um contexto em que a liberdade e as possibilidades assumem novas características, mas que, mesmo diante de tantas realizações das quais os homens se orgulham tanto, a satisfação prazerosa parece não ter acompanhado tamanha evolução. Sobre isso, a psicanálise apresenta recursos teóricos importantes e Lacan ([1969/1970] 1992) fala sobre a contribuição do psicanalista para a construção da época na forma do “ser-para-seu-tempo” que é apresentado como fundamental na análise dos efeitos do discurso capitalista sobre a subjetividade em todas as suas manifestações (FREUD, [1930] 2006; TEIXEIRA, 2011; SILVA, 2017).

Bauman (1998) aponta que é através da passagem da Modernidade para a atualidade pós-moderna que se torna possível identificar com maior clareza as questões produtoras de mal-estar que permeiam nosso cotidiano. Esse mal-estar que parte da concepção de Freud ([1930] 2006), fala de uma incongruência entre necessidades individuais e demandas socioculturais. Isso não é diferente na atualidade, embora a teoria tenha seus longos anos de elaboração, pois fala-se do mesmo sentimento, apenas com características peculiares do tempo vigente (TAVARES, 2010).

Você ganha alguma coisa e, em troca, perde alguma outra coisa: a antiga norma mantém-se hoje tão verdadeira quanto o que era então. Só que os ganhos e as perdas mudaram de lugar: os homens e as mulheres pós-modernos trocaram um quinhão de suas possibilidades de segurança por um quinhão de felicidade. Os mal-estares da modernidade provinham de uma espécie de segurança que tolerava uma liberdade pequena demais na busca da felicidade individual. Os mal-estares da pós-modernidade provêm de uma espécie de

liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais (BAUMAN, 1998, p.10)

Deste modo, como coloca Bauman (1998), observa-se uma sociedade que se instaura em um tempo impreciso, líquido, veloz e caracterizado por sua multiplicidade de possibilidades. Entre outras coisas, fundamenta-se na sensação de uma liberdade individual plena que é sonhada há tempos, mas que carece de referenciais sólidos. As tradições e tabus agiam de maneira a castrar o sujeito, no entanto, como coloca Tavares (2010, p.29), “hoje, diante da tão sonhada liberdade individual, o sujeito pode desfrutar dessa nova condição, contudo, não sem algum custo”.

O mundo de hoje exige uma abdicação da possibilidade de segurança na medida em que todas as coisas materiais, bens de consumo, produções culturais, entre outros, são líquidas, leses e incertas, restando ao indivíduo movimentar-se de acordo. A insegurança constante é a característica do homem contemporâneo, este a que até mesmo a identidade não se fideliza, pois assim como a maleabilidade lhe garantem um lugar na atualidade, esse movimento o faz padecer sob as demandas do discurso social (BAUMAN, 1998; TAVARES, 2010).

Como Freud (1930; 1992) apontou em sua metapsicologia, é na defesa contra o sofrimento e o desprazer que habita o próprio sofrimento e “mal-estar” em si. Na atualidade, todas essas performances atribuídas ao sujeito contemporâneo (estas como respostas existenciais às demandas socioculturais de nossos dias) causam seu próprio sofrimento (TAVARES, 2010, p.36)

3. Suicídio

Em Além do princípio do prazer ([1920] 2006), Freud sustenta um movimento que parte de uma tensão desagradável e que, pela direção advinda dela coincide em um resultado final com a redução dessa mesma tensão, configurando-se, assim, uma relação de evitação e produção, respectivamente, do desprazer e prazer. No entanto, aponta para a impossibilidade de afirmar uma dominância desse princípio sobre o curso dos processos mentais pois, se este fosse o caso, “a imensa maioria de nossos processos mentais teria de ser acompanhada pelo prazer ou conduzir a ele, ao passo que a experiência geral contradiz completamente uma conclusão desse tipo” (FREUD, [1920] 2006, p.19).

O que se afirma em relação ao princípio do prazer e sua relação com o curso dos processos mentais é uma tendência no sentido desse princípio, mas que, assim como dito por Fechner (1873), a tendência no sentido de um determinado objetivo

apenas implica em aproximações e não em sua realização concreta. Deste modo, o que pode ser observada é uma tendência ao princípio de prazer que é interrompida por forças e circunstâncias que nem sempre se harmonizam com o sentido do prazer (FREUD, [1920] 2006).

Expõe, então, uma dualidade existente entre pulsão de vida e pulsão de morte, sustentando um movimento no psiquismo que não se estrutura apenas em uma autorregulação ditada pelos princípios de prazer e realidade, pelo contrário, “num processo de redução de tensão ou de busca de satisfação, percebe a existência de algo mais elementar, mais primitivo [...]” (SEQUEIRA, 2016, p.12).

Associa-se, deste modo, pulsão de vida ao que edifica e agrega, e pulsão de morte ao que é destrutivo e leva à repetição. E é sobre essa repetição, ou mesmo, questionamento sobre ela, que Freud conduz sua reflexão sobre esses restos que não cessam e culminam no sofrimento do sujeito. Essas reminiscências são percebidas nos pesadelos recorrentes em contexto de guerra, na neurose de guerra; nos conteúdos inconscientes revividos na transferência analítica; e também no jogo infantil com o carretel onde a criança elabora a separação materna (FREUD, [1920] 2006; SEQUEIRA, 2016).

Sobre isso, Sequeira (2016, p.12) questiona:

O que faria o psiquismo produzir um conteúdo que o faz sofrer? E repeti-lo e repeti-lo insistentemente. Nesse jogo pulsional, há uma força que caminha no sentido oposto ao do prazer, um resto, sem representação, e a repetição é uma tentativa de buscar representação, de elaborar, como o bebê, no jogo do carretel, que busca elaborar a separação da mãe.

Freud defende que, nesse jogo pulsional, há o desejo de retornar à ausência de desprazer, de tensões. No entanto, isso significa o retorno ao estado inanimado e inorgânico, tendo como último objetivo enquanto pulsão de vida, alcançar a morte e, assim, a autoconservação. O equilíbrio estaria presente nesse processo também a serviço da pulsão de morte (FREUD, [1920] 2006; SEQUEIRA, 2016).

Em outro momento, Freud coloca a pulsão de vida como aliada a autoconservação, sendo a pulsão de morte difícil de ser percebida por seu caráter de deslocamento da destruição de si para o outro – movimento identificado por Freud como pulsão de morte – quando não em sua própria destrutividade. Esse movimento de pulsão de morte é localizado por Lacan como gozo (LACAN, [1969/1970] 1992; SEQUEIRA, 2016).

É o gozo, termo designado em sentido próprio, que necessita a repetição. Na medida em que há busca do gozo como repetição que se produz o que está em jogo no franqueamento freudiano – o que nos interessa como repetição, e se inscreve em uma dialética do gozo, é propriamente aquilo que se dirige contra a vida. É no nível da repetição que Freud se vê de algum modo obrigado, pela própria estrutura do discurso, a articular o instinto de morte (LACAN [1969/1970] 1992, p.43).

Ainda, para Freud, "é impossível imaginar nossa própria morte e (...) no inconsciente cada um de nós está convencido de sua própria imortalidade" (Freud, 1915, p. 327). Essa afirmação nos permite indagar sobre a intenção dos que passam ao ato propriamente dito. Se não há registro de morte no inconsciente, ou seja, se não se sabe o que é a morte e só é possível deliberar sobre o tema no campo da imaginação, o que quer o sujeito suicida? Cassorla (1991) afirma que o que se apresenta é algo da ordem da angústia e de um sofrimento insuportável para o sujeito que não vê outra saída a não ser dar cabo à própria vida.

Em *Recordar, Repetir e Elaborar* (1914), Freud ao tratar da nova técnica, a da associação livre, salienta a diferença entre os resultados obtidos a partir desta e da hipnose, anteriormente utilizada. Afirma que, a partir da nova técnica, seria comum o paciente não recordar coisa alguma do que foi esquecido e reprimido, mas demonstrar através da atuação (*acts it out*). Não evocaria lembranças, mas reproduzi-las-ia como uma ação, de modo natural e sem se dar conta da repetição.

Por exemplo, o paciente não diz que recorda que costumava ser desafiador e crítico em relação à autoridade dos pais; em vez disso, comporta-se dessa maneira para com o médico. Não se recorda de como chegou a um impotente e desesperado impasse em suas pesquisas sexuais infantis; mas produz uma massa de sonhos e associações confusas, queixa-se de que não consegue ter sucesso em nada e assevera estar fadado a nunca levar a cabo o que empreende. Não se recorda de ter-se envergonhado intensamente de certas atividades sexuais e de ter tido medo de elas serem descobertas; mas demonstra achar-se envergonhado do tratamento que agora empreendeu e tenta escondê-lo de todos. E assim por diante (FREUD, 1914, p. 165-66).

Deste modo, a partir de resistências, o paciente repete. As resistências determinam o conteúdo e a sequência do que será apresentado ao analista, de modo que, põe-se como tarefa para este último o manejo destas. O paciente, ao invés de recordar, atua.

Repete tudo o que já avançou a partir das fontes do reprimido para sua personalidade manifesta - suas inibições, suas atitudes inúteis e

seus traços patológicos de caráter. Repete também todos os seus sintomas, no decurso do tratamento (FREUD, 1914, p. 167).

Pondo em questão o ato suicida, Lacan afirma que este seria o modelo de ato, ou ainda, um ato bem-sucedido. Em conformidade com a noção de pulsão de morte para Freud, Lacan afirma que há algo no sujeito suscetível de não se empenhar por seu bem, mas para sua destruição. Jacques-Alain, sobre o pensamento de Lacan, afirma que:

Todo ato verdadeiro, no sentido de Lacan, é assim, digamos, um “suicídio do sujeito”. Podemos colocar entre aspas para indicar que ele pode renascer disso, mas renasce diferente. É isto que constitui propriamente um ato: o sujeito não é mais o mesmo antes e depois (MILLER, 2014, p. 5).

O ato suicida desvela e ilustra a paradoxal forma de operar do organismo que, por um lado se desloca em função de sua sobrevivência e bem-estar, mas também em direção a algo que lhe sustenta enquanto faz mal. Nesse sentido, o conceito de gozo proposto por Lacan corrobora com o que Freud diz sobre o sintoma, como algo que sustenta o sujeito.

Ele se sustenta em seu sintoma que, no entanto, lhe faz mal. É o que justifica que se deva introduzir um conceito distinto, de um gozo que não pode ser confundido com o prazer, e que deve ser aliado à dor, pois o sintoma faz mal, uma satisfação da dor que, nessa situação, coloca o organismo em perigo. A tal ponto que, precisamente, quando esse gozo se autonomiza, é até a morte (MILLER, 2014, p. 6).

No seminário sobre a angústia, Lacan afirma a importância do entendimento da relação do sujeito com o objeto *a* para melhor referenciar o ato suicida. Considerando o objeto *a* como causa de desejo, Lacan afirma que este pressupõe relações estreitas com o desejo e com a lei, de modo que "o desejo e a lei são a mesma coisa no sentido de que seu objeto lhes é comum" (LACAN, 1962-63, p. 119).

Sobre o objeto *a*:

Em relação ao Outro, o sujeito dependente desse Outro inscreve-se como cociente. É marcado pelo traço unário do significante no campo do Outro. (...) Há um sentido da divisão, um resto, um resíduo. Esse resto, esse Outro derradeiro, este irracional, essa prova e garantia única, afinal da alteridade do Outro, é o *a*. (LACAN, 1962-63, p.36)

Freud destaca que a questão envolta no binômio luto – melancolia se faz mister para algum entendimento sobre o ato suicida, na medida em que ambos se referem a

alguma perda. Um trabalho de luto, posto no campo do simbólico, se oporia à melancolia, na qual impera um estado de desapego à vida, renúncia à autopreservação e uma identificação com o suposto objeto de desejo. Enquanto no luto há um importante trabalho subjetivo ocorrendo, onde há operação de perda e remodelagem do eu, na melancolia haveria uma disposição patológica, um certo esvaziamento do sujeito, onde este se tornaria vazio e embotado psiquicamente (RIVERA, 2012).

Para Freud, isso daria pistas sobre o funcionamento psíquico no que tange às questões do suicídio. Haveria um deslocamento da libido antes direcionada a um objeto, para o próprio eu. Nisso, observa-se tanto a ambivalência da relação amorosa com o objeto perdido, pois há amor e ódio autodirigidos; quanto a base narcísica sob a qual os laços se realizam. Assim, na melancolia, não há deslocamento de libido para outro objeto externo, mas um recolhimento desta direcionada ao eu (BRUNHARI; DARRIBA, 2014).

Sobre o acting out, Lacan aponta que seria algo que o sujeito mostra em sua conduta, e que todo acting out teria um caráter de endereçamento ao Outro, porém de modo oculto para o sujeito. Ao referenciar o conceito a partir da relação com o objeto *a*, aponta que este exhibe o resto e que, de certo modo, que “a falta pode faltar”, afirmando que “o essencial do que é mostrado é esse resto, é sua queda, é o que sobra nessa história” (LACAN, 1962-63, p.139).

O que vem a diferenciá-lo da passagem ao ato é que, esta última é caracterizada pela saída do sujeito da cena, e não há mais espectador. Nesse sentido, a partir da relação do sujeito com o objeto *a*, a passagem ao ato é determinada pelo momento em que o sujeito precipita para fora e se exclui fundamentalmente. Para Lacan, tanto a passagem ao ato quanto o acting out podem ser respostas do sujeito frente à angústia (CALAZANS; BASTOS, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, pode-se inferir que a psicanálise traz um olhar para essa (in) sustentabilidade de ser que, muito se difere do que observado através do percurso histórico em figuras como Camus, Pitágoras, Rotterdam, entre outros, mas também não deixa de considerar aspectos históricos e sociais, como apontado por outros autores como Durkheim.

O discurso psicanalítico coloca sobre essa temática, e que muito se atualiza na contemporaneidade do contexto brasileiro, um olhar para esse sujeito que atua de maneira distinta frente a esse mal-estar tanto abordado por Freud e retomado em Bauman. Um sujeito da falta e que, perante essa, transita entre a dualidade da pulsão de vida e pulsão de morte em um movimento que muito fala sobre seu lugar em uma estrutura.

A relação do sujeito com esse objeto que falta, portanto, e com a angústia nesse trânsito com o mal-estar contemporâneo, atualiza-se em uma (in) sustentabilidade que ou é endereçada ao outro ou sai de cena e passa ao ato. Sobre essas modalidades, é imperativo ressaltar a importância do estudo e o olhar psicanalítico sobre o que aqui chamamos de suicídio. Afastando-se de um olhar psicopatológico e cristalizador, a psicanálise aponta para o sujeito em sua mais complexa subjetividade e uma resposta à angústia que deve ser escutada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F .M . O suicídio: contribuições de Émile Durkheim e Karl Marx para a compreensão desse fenômeno na contemporaneidade. **Revista Aurora**, Marília. v.11, n. 1, p. 119-138, jan. /jun., 2018.
- ALMEIDA, J. J. R. L. Sujeito, desejo e gozo: para uma terapia da concepção de linguagem de Lacan. **DoisPontos**, v. 3, n. 1, 2006.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Zahar, 1998.
- BRUNHARI, M. V ; DARRIBA, V. Não te matarás: suicídio, prevenção e psicanálise. Estudos de Psicanálise, **Aracaju**, n. 34, p. 63-70, dez. 2010.
- BRUNHARI, M. V ; DARRIBA, V.. O suicídio como questão: melancolia e passagem ao ato. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, v. 26, n.1, p. 197-213, 2014.
- CALAZANS, R.; BASTOS, A. Passagem ao ato e acting-out: duas respostas subjetivas. **Fractal, Rev. Psicol.** vol.22 no.2 Rio de Janeiro May/Aug. 2010.
- CAMUS, A.; **O Mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.
- CREMASCO, M. V; BRUNHARI, M. V . Da angústia ao suicídio. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v.9, n.3, p. 785-814, set. 2009.
- DUNKER, C. I .L . Mal-estar, sofrimento e sintoma: releitura da diagnóstica lacaniana a partir do perspectivismo animista. **Tempo social**, v. 23, n. 1, p. 115-136, 2011.
- DURKHEIM, E. **O Suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- DURKHEIM, E. **O suicídio: estudo sociológico**. M. G. Luz Cary & J. Vasconcelos Esteves, trad., 2a. ed. Lisboa: Presença, 1977.
- FECHNER, G. T. **Einige ideen zur schöpfungs-und entwicklungsgeschichte der organismen**. Breitkopf und Härtel, 1873.

FELIX, T. A. et al. Fatores de risco para tentativa de suicídio: produção de conhecimento no Brasil. **Revista Contexto & Saúde**, v.16 n.31, 2016.

FREUD, S. **Além do Princípio de prazer, Psicologia de Grupo e outros trabalhos (1920-1922)**. Rio de Janeiro: Imago. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, XVIII), 2006.

FREUD, S. **Análise de uma fobia em um menino de cinco anos**. In S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. 10). Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Trabalho original publicado em 1909)

FREUD, S. **A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade**. In S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. 19). Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Trabalho original publicado em 1923)

FREUD, S. **Conferências introdutórias sobre psicanálise**. Conferência XXV. In S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. 16). Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Trabalho original publicado em 1916/1917)

FREUD, S. **Inibições, sintomas e ansiedade**. In S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. 20). Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Trabalho original publicado em 1926)

FREUD, S. **O ego e o id**. In S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. 19). Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Trabalho original publicado em 1923)

FREUD, S.). **O estranho**. In S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. 17). Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Trabalho original publicado em 1919)

FREUD, S. **O mal-estar na civilização, Psicologia de Grupo e outros trabalhos (1927-1931)**. Sigmund Freud. O Futuro de uma Ilusão, o Mal-Estar na Civilização e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, XXI), 2006.

FREUD, S. **Recordar, repetir e elaborar (1914)**. Sigmund Freud. O Caso Schreber, Artigos sobre a Técnica e outros trabalhos (1911-1913). Rio de Janeiro: Imago. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, XII), 2006.

FREUD, S. **Repressão**. In S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. 14). Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Trabalho original publicado em 1915b)

GOETHE, J. W. **Os sofrimentos do jovem Werther**. In J. W. Goethe, Fausto & Werther. São Paulo, SP: Abril. (Trabalho original publicado em 1774), 2002.

GUERREIRO, E. A Ideia de morte: do medo à libertação. **Revista Diacrítica**, Braga, v.28, n.2, 2014.

GUIMARÃES, J. **Suicídio Mítico – Uma luz sobre a Antiguidade Clássica**. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos Imprensa da Universidade de Coimbra Edição: 1ª/2011.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action**. Vol 1. Reason and the rationalization of society. Boston, Beacon Press. 1984.

JORGE, M. A. C. Angústia e castração. **Reverso**, v. 29, n. 54, p. 37-42, 2007.

JÚNIOR, A. D. et al. Mortalidade por suicídio na população brasileira, 1996-2015: qual é a tendência predominante? **Cad. Saúde Colet.**, 2019, Rio de Janeiro, 27 (1): 20-24, 2019.

JUNIOR, A. F. O comportamento suicida no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Psicologia**, 02(01), Salvador, Bahia, 2015.

LACAN, J. (1969-1970). **O Seminário 7: A ética em psicanálise**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.

LACAN, J. (1962-1963) **O Seminário livro 10**, A angústia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

MACEDO, M. M. K.; WELANG, B. S. G. Trauma, dor e ato: o olhar da psicanálise sobre uma tentativa de suicídio. **Ágora**, v. 10, n.1, 86-106, jan. 2007.

MELLO, G.A.R.N ; MARTINEZ, V.C.V . Angústia e sociedade na obra de S. Freud. *Psicol. estud.*, **Maringá** , v. 7, n. 2, p. 41-53, Dec. 2002.

MILLER, J. Jacques Lacan: observações sobre seu conceito de passagem ao ato. **Opção Lacaniana On-line**, v. 5, n.13, p. 1-13, mar. 2014.

MINOIS, G. **História do suicídio**. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

MORETTO, M. L. T. et al. O suicídio e a morte do narrador. **Psicol. USP**, vol.28 no.2 São Paulo May/Aug. 2017.

OLIVEIRA, F. **Suicídio na Roma Antiga**. Coimbra: Viseu, 1994.

PISETTA, M. A. A. M . Considerações sobre as teorias da angústia em Freud. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 28, n. 2, p. 404 417, jun. 2008 .

RIVERA, T. Luto e melancolia, de Freud, Sigmund. **Novos estudos** - CEBRAP, São Paulo , n. 94, p. 231-237, Nov. 2012 .

ROCHA, E. Morte voluntária e imortalidade, duas faces do desejo em torno da morte no pensamento de epicuro. **Revista Saberes**, Natal – RN, v. 1, n.4, jun 2010.

SEQUEIRA, V. C. CRIME, GOZO E ATO: UMA LEITUA PSICANALÍTICA. **Psicanálise & Barroco em Revista**, v. 14, n. 1, 2018.

SHAKESPEARE, W. **Hamlet**. São Paulo: Martin Claret Ltda., 2007.

SILVA, J. A. P. D. A psicanálise e o mal-estar na contemporaneidade. **Estud. psicanal.**, Belo Horizonte, n. 48, p. 99-105, dez. 2017.

SILVA, M.C.M. **Renúncia à vida pela morte voluntária – O suicídio aos olhos da imprensa no Recife dos anos 1950**. Dissertação em História – UFPE. Recife, 2009.

TAVARES, L. A depressão como "mal-estar" contemporâneo: medicalização e (ex)-sistência do sujeito depressivo [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 371 p, 2010.

TEIXEIRA, A. **Incompatibilidade entre o discurso psicanalítico e o discurso capitalista**. In: TEIXEIRA, M. R. (Org.). O sintoma e o mal-estar nos discursos. Salvador: Associação Científica Campo Psicanalítico, 2011.

VAZ, L. O problema do suicídio em Montaigne. **Revista KRITERION**, Belo Horizonte, n.126, dez., p. 483-497., 2012

VIEIRA, L. Modernidade ou pós modernidade: Qual o período em que vivemos? **Bioenergia em revista: diálogos**, v.2, n.2, p. 66-78, jun., 2012.

WASELFISZ, J. L. **Mapa da Violência 2014 – Os jovens do Brasil**. Rio de Janeiro, 2014

WASELFISZ, J. L. **Mapa da Violência 2016 – Homicídios por armas de fogo no Brasil**. Rio de Janeiro, 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **ICD-11 for Mortality and Morbidity Statistics [Internet]**, 2020. Disponível em:<<https://icd.who.int/browse11/l-m/en>> Acesso em: 02 de jan. de 2021